



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: 0000620.22.11-2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E DA UNIDADE DEMANDANTE

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições técnicas, administrativas e operacionais para a aquisição de **massa asfáltica a frio**, do tipo **CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses**, acondicionada em **embalagens de 25 kg**, destinada ao atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, do Município de Costa Marques/RO.

1.2 A unidade demandante da presente contratação é a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, responsável pela formalização da demanda e pela utilização do material nas atividades de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município.

1.3 A contratação pretendida decorre de demanda administrativa voltada ao atendimento das operações tapa-buracos e da recuperação de trechos danificados do pavimento urbano, conforme necessidade operacional da SEMOSP.

1.4 O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e foi elaborado com base nas informações constantes do Documento de Formalização da Demanda e do Estudo Técnico Preliminar correspondentes, servindo de fundamento para a instrução do procedimento de contratação.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objeto da presente contratação consiste na aquisição de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg de massa asfáltica a frio**, do tipo **CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses**, destinada à execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO, em atendimento às necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**.

2.2 O material será utilizado, especialmente, nas operações tapa-buracos e na recuperação de trechos danificados do pavimento, com a finalidade de melhorar a trafegabilidade, reduzir riscos de acidentes e contribuir para a conservação do patrimônio público municipal.

2.3 Para fins da presente contratação, a unidade de fornecimento será **embalagem de 25 kg**, totalizando o quantitativo estimado de **12.500 kg de massa asfáltica a frio**.

2.4 O objeto enquadra-se como aquisição de **bem comum**, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto qualifica-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado, compatíveis com a descrição técnica constante deste Termo de Referência.

2.5 O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, tratando-se de material de consumo voltado à manutenção da infraestrutura urbana e ao atendimento de necessidade administrativa concreta da SEMOSP.

Em observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, tratando-se de material de consumo destinado à manutenção da infraestrutura urbana e ao atendimento de necessidade administrativa concreta da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP** dispor de material apropriado para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO, diante do desgaste natural do pavimento, do surgimento de buracos e da necessidade permanente de melhoria das condições de trafegabilidade.

3.2 Conforme formalizado na demanda administrativa, a massa asfáltica será utilizada pelas equipes da SEMOSP nas operações tapa-buracos e na recuperação de trechos danificados, com a finalidade de assegurar melhores condições de mobilidade urbana, segurança viária e conservação da infraestrutura pública municipal.

3.3 A necessidade administrativa mostra-se atual e concreta, uma vez que a deterioração do pavimento urbano compromete a circulação segura de veículos e pedestres, amplia o risco de acidentes, aumenta o desconforto dos usuários das vias e tende a agravar os danos já existentes quando não houver intervenção tempestiva do Poder Público.

3.4 A aquisição de massa asfáltica a frio em embalagens de 25 kg mostra-se adequada ao atendimento operacional da SEMOSP, por possibilitar a formação de estoque mínimo, o uso parcelado conforme a necessidade e a pronta aplicação pelas equipes próprias da Administração, especialmente em reparos localizados e sucessivos ao longo da malha viária urbana.

3.5 Também se mostra pertinente a exigência de produto com aptidão para estocagem por até 24 meses, tendo em vista que o consumo do material não ocorrerá de forma única e imediata, mas sim conforme o surgimento das demandas operacionais verificadas em campo, o que exige solução compatível com armazenamento e uso continuado.

3.6 Assim, a contratação pretendida visa assegurar condições materiais mínimas para que a Administração Municipal execute, com continuidade e eficiência, os serviços de manutenção viária urbana sob responsabilidade da SEMOSP, em atendimento ao interesse público e à necessidade de conservação da malha viária do Município.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1 A presente contratação poderá, em tese, ser processada por **dispensa de licitação**, preferencialmente na **forma eletrônica**, tendo em vista a natureza do objeto, consistente na aquisição de material de consumo com especificações usuais de mercado, bem como o valor estimado da despesa informado nos autos.

4.2 A instrução da contratação direta deverá observar o **art. 72 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à demonstração da necessidade da contratação, à caracterização adequada do objeto, à justificativa da solução escolhida, à estimativa e justificativa do preço, à indicação da adequação orçamentária e aos demais documentos necessários à regular formação do processo administrativo.

A instrução da contratação direta deverá observar o art. 72 da Lei nº 14.133/2021. No caso concreto, o enquadramento jurídico mostra-se, em tese, compatível com o art. 75, inciso II, da mesma Lei, considerando tratar-se de compra de pequeno valor, observado o limite atualizado de R\$ 65.492,11 para outros serviços e compras, conforme Decreto nº 12.807/2025, sem prejuízo da verificação administrativa quanto à inexistência de fracionamento indevido e quanto ao somatório das despesas de mesma natureza no exercício financeiro, na forma do § 1º do art. 75.

4.3 O enquadramento jurídico da contratação, em tese, decorre do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, aplicável às hipóteses de dispensa de licitação em razão do valor, desde que observados os limites legalmente vigentes e os pressupostos próprios da contratação direta.

4.4 A adoção da forma eletrônica mostra-se adequada por favorecer maior transparência, padronização procedimental, competitividade e seleção mais vantajosa da proposta, sem afastar a natureza de contratação direta do procedimento. A Lei nº 14.133/2021 prevê, como regra geral, a preferência pela forma eletrônica nas licitações.

4.5 O prosseguimento da contratação nessa modelagem depende, ainda, da verificação administrativa quanto à **inexistência de fracionamento indevido da despesa** e quanto à observância do **somatório das contratações de mesma natureza no exercício financeiro**, nos termos do § 1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Assim, à luz das informações constantes dos autos e sem prejuízo da conferência final dos pressupostos legais pela autoridade competente, a presente contratação mostra-se, em tese, compatível com a **dispensa eletrônica**, desde que mantida a conformidade do valor estimado com o limite legal aplicável e observadas as exigências formais da contratação direta.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução adotada consiste na aquisição de **massa asfáltica a frio**, do tipo **CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses**, acondicionada em **embalagens de 25 kg**, destinada ao atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP** para execução de serviços



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO.

5.2 A contratação compreende o fornecimento de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg**, totalizando **12.500 kg de massa asfáltica a frio**, em material apto ao armazenamento operacional e à aplicação parcelada pelas equipes da Administração, especialmente em operações tapa-buracos e reparos localizados em trechos deteriorados do pavimento.

5.3 A solução foi definida em forma de fornecimento de material, e não de terceirização integral da execução dos serviços, porque a Administração já dispõe de equipes próprias para aplicação do insumo, necessitando, no caso concreto, da disponibilização do produto adequado para continuidade das ações de manutenção viária.

5.4 A adoção de massa asfáltica a frio mostra-se operacionalmente mais adequada à rotina da SEMOSP, por permitir **pronta aplicação, formação de estoque mínimo, uso conforme a necessidade e maior flexibilidade logística**, sem dependência de estrutura complexa para utilização imediata.

5.5 A solução também considera a necessidade de que o material apresente **boa aderência ao pavimento existente, resistência às intempéries, trabalhabilidade compatível com reparos pontuais e desempenho adequado ao interesse público envolvido**, em consonância com as especificações básicas já indicadas na formalização da demanda.

5.6 Assim, a solução como um todo visa assegurar à SEMOSP a disponibilidade de insumo adequado para conservação da malha viária urbana, com maior eficiência operacional, continuidade do serviço público e melhor capacidade de resposta às demandas de manutenção das vias públicas do Município.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação deverá contemplar o fornecimento de **massa asfáltica a frio**, destinada à execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO, em atendimento às necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**.

6.2 O objeto deverá ser fornecido em **embalagens de 25 kg**, no quantitativo estimado de **500 (quinhentas) embalagens**, observando-se padrão de qualidade compatível com a finalidade pública pretendida e com a utilização em operações tapa-buracos e recuperação de trechos danificados do pavimento.

6.3 Como requisito técnico mínimo, o material deverá corresponder a **CBUQ-CAP 50/70, modificado com retardador de cura para estocagem por até 24 meses e aplicação a frio**, ou solução tecnicamente equivalente ou superior, desde que preserve aptidão para armazenamento operacional prolongado, aplicação prática em campo, boa aderência ao pavimento existente e desempenho compatível com a necessidade administrativa identificada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

6.4 O produto deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características básicas:

- a) massa asfáltica pronta para aplicação;
- b) adequação para operação tapa-buracos;
- c) boa aderência ao pavimento existente;
- d) resistência às intempéries; e
- e) aplicação a frio.

6.5 A exigência de aptidão para estocagem por até 24 meses justifica-se pela necessidade de manutenção de estoque operacional mínimo da SEMOSP para atendimento parcelado e contínuo das demandas de manutenção viária, com pronta resposta às ocorrências verificadas em campo.

6.6 O material deverá ser entregue em produto novo, em perfeitas condições de uso, conservação e integridade, devidamente acondicionado, identificado e apto ao armazenamento e à utilização pelas equipes da Administração, sendo vedado o fornecimento de material com sinais de deterioração, endurecimento precoce, perda de trabalhabilidade ou qualquer inconformidade que comprometa sua aplicação.

6.7 O objeto deverá atender a requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança compatíveis com a necessidade administrativa, nos termos do art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Em conformidade com o art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a especificação do objeto deve considerar requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade, segurança, acondicionamento, entrega e recebimento, razão pela qual as exigências técnicas ora estabelecidas visam assegurar fornecimento adequado e compatível com a necessidade administrativa demonstrada nos autos.

6.8 Por se tratar de bem comum com especificações usuais de mercado, a contratação deverá observar requisitos técnicos suficientes para garantir desempenho adequado, sem impor exigências desnecessárias ou indevidamente restritivas à competitividade, resguardado o interesse público e a funcionalidade do material a ser adquirido.

7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

7.1 O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de **massa asfáltica a frio**, destinada ao atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, para utilização em serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO.

7.2 O material deverá ser fornecido com a seguinte especificação técnica mínima: **CBUQ-CAP 50/70, modificado com retardador de cura para estocagem por até 24 meses e aplicação a frio**, acondicionado em **embalagens de 25 kg**, em quantitativo estimado de **500 (quinhentas) embalagens**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

7.3 Para fins da presente contratação, o produto deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características funcionais:

- a) massa asfáltica pronta para aplicação;
- b) aptidão para utilização em operação tapa-buracos;
- c) boa aderência ao pavimento existente;
- d) resistência às intempéries; e
- e) aplicação a frio.

7.4 O material deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, conservação e integridade, devidamente acondicionado e identificado, apto ao armazenamento e à aplicação pelas equipes da Administração, sendo vedado o fornecimento de produto com endurecimento precoce, perda de trabalhabilidade, embalagem violada, avariada ou qualquer inconformidade que comprometa sua utilização.

7.5 Será admitido produto tecnicamente equivalente ou superior ao padrão descrito, desde que preserve integralmente a finalidade pública pretendida e atenda aos requisitos mínimos de desempenho, armazenamento, aderência, resistência e aplicação estabelecidos neste Termo de Referência.

7.6 Para fins de recebimento, a Administração poderá recusar total ou parcialmente o material que não atenda às especificações técnicas exigidas, que apresente desconformidade com a proposta vencedora ou que se revele inadequado ao uso pretendido pela SEMOSP.

8. QUANTITATIVOS

8.1 Para atendimento da necessidade identificada pela **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, estima-se a aquisição do seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Massa asfáltica a frio, tipo CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses, embalagem de 25 kg	Embalagem de 25 kg	500

8.2 O quantitativo estimado corresponde ao total de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg**, equivalente a **12.500 kg de massa asfáltica a frio**, para utilização em serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município.

8.3 O quantitativo constante deste Termo de Referência foi definido com base na necessidade operacional inicialmente apresentada pela unidade demandante, devendo ser interpretado em conjunto com a memória de cálculo correspondente.

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

9.1 O quantitativo estimado de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg** foi definido com base no histórico de consumo da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, considerado o uso recorrente do material em serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município, especialmente nas operações tapa-buracos e na recuperação de trechos danificados do pavimento.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

9.2 Para a formação da estimativa, levou-se em conta a necessidade de manutenção de estoque operacional mínimo para atendimento célere das demandas da SEMOSP, evitando paralisações das frentes de serviço e permitindo pronta intervenção em pontos críticos da malha viária urbana, sempre que identificados buracos, fissuras, desagregações superficiais ou outros danos que comprometam a trafegabilidade e a segurança dos usuários.

9.3 A memória de cálculo observa a seguinte correspondência:
500 embalagens x 25 kg por embalagem = 12.500 kg de massa asfáltica a frio.

9.4 O quantitativo estimado mostra-se compatível, em análise preliminar, com a necessidade administrativa identificada, pois permite à SEMOSP dispor de volume suficiente para execução parcelada dos serviços de manutenção viária urbana ao longo do período de atendimento inicialmente projetado, sem prejuízo de reavaliação futura conforme o consumo efetivamente verificado.

9.5 Assim, para fins deste Termo de Referência, adota-se como quantitativo da contratação o total de **500 embalagens de 25 kg**, equivalente a **12.500 kg de massa asfáltica a frio**, reputado adequado ao atendimento das demandas ordinárias inicialmente previstas pela unidade demandante.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

10.1 A presente contratação terá vigência pelo período necessário ao cumprimento integral das obrigações dela decorrentes, abrangendo a emissão da nota de empenho, o fornecimento do objeto, o recebimento provisório e definitivo, a liquidação da despesa e o pagamento, sem prejuízo das responsabilidades posteriores da contratada quanto à qualidade e conformidade do material fornecido.

10.2 O prazo de entrega do objeto será de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente emitido pela Administração.

10.3 O prazo de entrega previsto no item anterior poderá ser prorrogado, de forma excepcional e mediante justificativa formal da contratada, desde que haja anuência expressa da Administração e que não haja prejuízo ao interesse público nem às necessidades operacionais da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**.

10.4 O fornecimento deverá ocorrer dentro do prazo fixado pela Administração, em quantidade integral correspondente ao solicitado, salvo se o instrumento convocatório ou a formalização da contratação vierem a admitir entrega parcelada por conveniência administrativa.

10.5 O descumprimento injustificado do prazo de entrega sujeitará a contratada às medidas cabíveis, inclusive aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

11. LOCAL, FORMA E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1 O objeto deverá ser entregue no local indicado pela **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, no âmbito do Município de Costa Marques/RO, preferencialmente no almoxarifado, depósito ou outro espaço oficialmente designado pela Administração para recebimento e armazenamento do material.

11.2 A entrega será realizada por conta e risco da contratada, correndo às suas expensas todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento da obrigação, inclusive transporte, carga, descarga, seguro, tributos, encargos e demais custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento.

11.3 O material deverá ser entregue em sua totalidade, devidamente acondicionado em **embalagens de 25 kg**, íntegras, identificadas e em perfeitas condições de conservação, uso e armazenamento, sem sinais de violação, avaria, endurecimento precoce, perda de trabalhabilidade ou qualquer outra inconformidade que comprometa sua aplicação.

11.4 A contratada deverá observar as especificações técnicas do objeto, especialmente quanto ao fornecimento de **massa asfáltica a frio, do tipo CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses**, ou solução tecnicamente equivalente ou superior admitida pela Administração, desde que mantida a compatibilidade com a finalidade pública pretendida.

11.5 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente da Administração, salvo ajuste diverso formalmente autorizado pela unidade demandante, devendo a contratada comunicar previamente a realização do fornecimento para viabilizar o recebimento pelo setor responsável.

11.6 No ato da entrega, a contratada deverá apresentar a correspondente **nota fiscal**, acompanhada dos documentos eventualmente exigidos pela Administração para fins de conferência, recebimento e posterior pagamento.

11.7 A simples entrega física do material não implica sua aceitação definitiva, ficando o recebimento condicionado à conferência quantitativa e qualitativa do objeto, nos termos deste Termo de Referência.

12. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1 O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas, quais sejam: **recebimento provisório** e **recebimento definitivo**, ambos realizados por servidor ou comissão designada pela Administração, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

12.2 O **recebimento provisório** ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial do quantitativo, da integridade das embalagens, da identificação do material e da apresentação da nota fiscal, para verificação preliminar da conformidade do objeto com as condições contratadas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

12.3 O recebimento definitivo ocorrerá após análise mais detalhada da conformidade do material com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto ao tipo do produto, às condições de acondicionamento, à aptidão para armazenamento e à compatibilidade com a finalidade pública pretendida, em prazo razoável a ser contado do recebimento provisório.

12.4 O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, integridade e adequação do material fornecido.

12.5 Verificada qualquer falha, defeito, insuficiência, desconformidade técnica, divergência quantitativa ou inadequação do produto às exigências deste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, o material entregue, devendo a contratada promover sua substituição ou regularização, sem ônus adicional, no prazo fixado pela Administração.

12.6 O material somente será considerado definitivamente recebido quando constatado o atendimento integral das especificações técnicas e quantitativas da contratação, com registro formal do aceite pelo setor responsável.

12.7 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios aparentes ou ocultos, nem afasta a obrigação de reparar, substituir ou ressarcir a Administração em caso de fornecimento inadequado ou em desconformidade com as condições estabelecidas.

13. GARANTIA, QUANDO CABÍVEL

13.1 Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo vulto da contratação, a entrega integral do material e a possibilidade de fiscalização direta pela Administração durante o recebimento do produto.

13.2 A ausência de garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, integridade e conformidade do material fornecido, permanecendo obrigada a reparar, substituir ou ressarcir a Administração em caso de vícios, defeitos, inadequações técnicas ou desconformidades constatadas no objeto entregue.

13.3 O material fornecido estará sujeito à garantia legal aplicável, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios aparentes ou ocultos que comprometam sua utilização, sua armazenagem, sua aderência ao pavimento, sua trabalhabilidade ou sua adequação à finalidade pública pretendida.

13.4 Caso sejam identificadas inconformidades após o recebimento definitivo, a contratada será notificada para promover a substituição do material inadequado ou adotar as providências corretivas cabíveis, no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

13.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade do produto fornecido, nem afasta a obrigação de responder por danos ou prejuízos causados à Administração em razão de fornecimento inadequado ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento integral de **massa asfáltica a frio**, em **embalagens de 25 kg**, pela futura contratada, observadas as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

14.2 A contratada deverá entregar o material no local indicado pela **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, no prazo fixado pela Administração, acompanhado da correspondente nota fiscal e dos documentos eventualmente exigidos para conferência e recebimento.

14.3 O objeto deverá ser fornecido em produto novo, devidamente acondicionado, identificado e em perfeitas condições de conservação, integridade e uso, apto ao armazenamento e à posterior aplicação pelas equipes da Administração.

14.4 A execução contratual não compreenderá a aplicação do material pela contratada, uma vez que a utilização da massa asfáltica será realizada pelas equipes próprias da SEMOSP, cabendo à futura fornecedora exclusivamente a entrega do insumo nas condições pactuadas.

14.5 No ato da entrega, o material será submetido à conferência quantitativa e qualitativa pelo setor responsável, sem prejuízo do posterior recebimento definitivo, ocasião em que será verificada sua conformidade com as especificações técnicas exigidas.

14.6 Verificada qualquer desconformidade, falha, vício, dano nas embalagens, inadequação do material ou divergência em relação ao quantitativo contratado, a Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, o objeto entregue, devendo a contratada promover sua substituição ou regularização no prazo fixado, sem ônus adicional.

14.7 A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, na nota de empenho, na autorização de fornecimento ou no instrumento equivalente, bem como as determinações da fiscalização da contratação.

15. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1 A gestão e a fiscalização da futura contratação serão exercidas por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, competindo-lhes acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, verificar a conformidade do objeto entregue e adotar as providências necessárias ao regular recebimento do material.

A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe registrar ocorrências, verificar a



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

conformidade do objeto entregue e adotar as providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações assumidas.

15.2 Caberá ao gestor da contratação acompanhar os aspectos administrativos do ajuste, controlar prazos, promover a interlocução com a contratada, solicitar providências corretivas quando necessárias e zelar pela adequada instrução dos atos relacionados ao fornecimento e ao pagamento.

15.3 Caberá ao fiscal da contratação acompanhar a execução material do objeto, especialmente quanto à conferência do quantitativo entregue, à verificação da integridade das embalagens, à compatibilidade do material com as especificações técnicas exigidas e ao registro de eventuais ocorrências verificadas no recebimento.

15.4 A fiscalização realizará o recebimento provisório e subsidiará o recebimento definitivo do objeto, certificando a conformidade do material com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento de formalização da contratação.

15.5 Constatada qualquer irregularidade, desconformidade técnica, divergência quantitativa, dano nas embalagens ou inadequação do material fornecido, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e comunicar formalmente à contratada, para que promova a substituição, complementação ou regularização do objeto, no prazo fixado pela Administração.

15.6 A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, integridade e conformidade do material fornecido, permanecendo a futura contratada responsável pelos vícios, defeitos ou inadequações do objeto entregue.

15.7 Todos os registros relevantes da execução, do recebimento, das inconformidades verificadas e das providências adotadas deverão ser juntados aos autos do processo administrativo, para fins de controle, rastreabilidade e suporte à liquidação e ao pagamento da despesa.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de entrega, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento de formalização da contratação.

16.2 Entregar **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg de massa asfáltica a frio**, do tipo **CBUQ-CAP 50/70, modificada com retardador de cura para estocagem por até 24 meses**, ou solução tecnicamente equivalente ou superior admitida pela Administração, desde que mantida a compatibilidade com a finalidade pública pretendida.

16.3 Entregar o material em perfeitas condições de conservação, integridade e uso, devidamente acondicionado, identificado e apto ao armazenamento e à aplicação pelas equipes da Administração, sendo vedado o fornecimento de produto com sinais de deterioração, endurecimento precoce, perda de trabalhabilidade, avaria ou violação das embalagens.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

16.4 Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento da contratação, inclusive transporte, carga, descarga, tributos, seguros, encargos e demais custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto.

16.5 Observar o prazo de entrega fixado pela Administração e comunicar formalmente, com a maior antecedência possível, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento da obrigação assumida.

16.6 Substituir, sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pelo setor competente, o material rejeitado, entregue em desconformidade, com vício, defeito, inadequação técnica, embalagem danificada ou quantitativo inferior ao contratado.

16.7 Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, apresentando à Administração, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios correspondentes.

16.8 Responder integralmente pela qualidade, conformidade e adequação do material fornecido, inclusive quanto a vícios aparentes ou ocultos que venham a ser constatados após o recebimento do objeto.

16.9 Emitir a correspondente nota fiscal e demais documentos necessários à instrução do recebimento, da liquidação e do pagamento da despesa.

16.10 Atender prontamente às solicitações da Administração e da fiscalização da contratação, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências corretivas cabíveis sempre que constatada qualquer irregularidade no fornecimento.

16.11 Cumprir integralmente as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e demais encargos legais incidentes sobre a execução da contratação, não se estabelecendo qualquer vínculo com a Administração Pública.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo a conferência quantitativa e qualitativa do material entregue.

17.2 Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização da contratação, para acompanhamento da execução, registro de ocorrências e adoção das providências necessárias ao regular recebimento do objeto.

17.3 Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade, desconformidade técnica, divergência quantitativa ou vício identificado no material fornecido, para que sejam adotadas as providências cabíveis no prazo fixado pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

17.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, condições de entrega ou demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

17.5 Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos, após o regular recebimento do objeto, a apresentação da nota fiscal devidamente atestada e o cumprimento das demais exigências administrativas aplicáveis.

17.6 Fornecer à contratada as informações necessárias ao adequado cumprimento da obrigação, especialmente quanto ao local de entrega, ao responsável pelo recebimento e às rotinas administrativas pertinentes.

17.7 Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à substituição do material rejeitado ou entregue em desconformidade.

17.8 Atestar o recebimento definitivo do objeto somente após a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e quantitativas da contratação.

17.9 Zelar pela adequada instrução dos autos do processo administrativo, juntando os documentos relativos ao recebimento, à fiscalização, à liquidação da despesa e ao pagamento.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1 O pagamento será devido em razão do **fornecimento efetivamente realizado e regularmente recebido pela Administração**, observado o quantitativo contratado e atestado pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do objeto.

18.2 A medição do objeto, para fins de liquidação da despesa, será realizada com base na conferência do número de **embalagens de 25 kg** efetivamente entregues, recebidas e aceitas pela Administração, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência.

18.3 O pagamento será efetuado em **parcela única**, após a entrega total do material, mediante apresentação da **nota fiscal devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento**, em conformidade com a formalização da demanda.

18.4 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação regular da nota fiscal, observadas as normas administrativas aplicáveis e a disponibilidade financeira do órgão.

18.5 O pagamento somente será realizado após:

- a)** o recebimento definitivo do material;
- b)** a verificação da conformidade do objeto com as especificações da contratação;
- c)** o atesto da nota fiscal pelo servidor ou comissão competente; e
- d)** o cumprimento das demais exigências administrativas pertinentes.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

18.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, divergência quantitativa, desconformidade do objeto ou qualquer circunstância que impeça a liquidação regular da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

18.7 Não será efetuado pagamento de material rejeitado, entregue em desconformidade ou não recebido definitivamente pela Administração, sem prejuízo da obrigação da contratada de promover a correspondente substituição ou regularização.

19. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1 A estimativa do valor da presente contratação foi apurada com base na pesquisa de preços realizada na fase preparatória, a qual resultou no **valor médio global de R\$ 27.566,00 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais)**, considerado compatível, em análise preliminar, com o objeto pretendido e com o quantitativo estimado para atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**.

A estimativa do valor da contratação e a justificativa do preço observam o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo apoiar-se em pesquisa de preços idônea, documentos de suporte, memória de cálculo e demonstração de compatibilidade com os valores praticados no mercado.

19.2 Considerando o quantitativo estimado de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg**, a estimativa corresponde ao valor médio unitário aproximado de **R\$ 55,13 (cinquenta e cinco reais e treze centavos) por embalagem**, obtido pela divisão do valor global estimado pelo quantitativo total pretendido.

19.3 O valor estimado da contratação servirá como parâmetro para análise de vantajosidade, adequação da despesa, justificativa do preço e verificação da compatibilidade da proposta a ser selecionada, sem prejuízo da conferência formal dos documentos que compõem a pesquisa de preços.

19.4 Para fins deste Termo de Referência, o valor estimado de **R\$ 27.566,00** mostra-se compatível com a solução escolhida e com a dimensão da necessidade administrativa identificada.

19.5 Registra-se que a estimativa de valor deverá permanecer acompanhada, nos autos do processo administrativo, dos documentos de suporte da pesquisa de preços, do mapa comparativo e da memória de cálculo correspondente.

20. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

20.1 A justificativa do preço da presente contratação encontra fundamento na pesquisa de preços realizada na fase preparatória, a qual apurou **valor médio global de R\$ 27.566,00 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais)** para o fornecimento do objeto pretendido, em quantitativo estimado de **500 (quinhentas) embalagens de 25 kg** de massa asfáltica a frio.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

20.2 O valor estimado corresponde ao preço médio unitário aproximado de **R\$ 55,13 (cinquenta e cinco reais e treze centavos) por embalagem**, parâmetro reputado compatível, em análise preliminar, com a especificação técnica do material, com a quantidade pretendida e com a finalidade pública da contratação.

20.3 A pesquisa de preços e os documentos que a instruem deverão permanecer juntados aos autos do processo administrativo, servindo de suporte à demonstração da compatibilidade econômica da contratação e à verificação da vantajosidade da proposta a ser selecionada.

20.4 Assim, considera-se justificado o preço estimado da contratação, por estar amparado em levantamento prévio de mercado regularmente realizado e compatível com a solução escolhida para atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**.

20.5 APÊNDICE I- MÉDIA DE PREÇOS

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, conforme indicação constante da formalização da demanda.

A estimativa do valor da contratação e a justificativa do preço observam o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo apoiar-se em pesquisa de preços idônea, documentos de suporte, memória de cálculo e demonstração de compatibilidade com os valores praticados no mercado.

21.2 Para fins de adequação orçamentária, a despesa está vinculada à seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 02.006 – Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos;

Função/Subfunção: 4.122 – Administração / Administração Geral;

Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção das Atividades – SEMOSP;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo;

Ficha: 113.

21.3 A contratação pretendida deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, sem prejuízo da adoção das providências internas necessárias à emissão dos documentos contábeis e administrativos pertinentes à execução da despesa.

21.4 Assim, considera-se presente, em análise preliminar, a compatibilidade da contratação com a programação orçamentária informada pela unidade demandante, devendo a instrução processual conter os demais registros formais exigidos para o regular prosseguimento da despesa pública.

22. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

22.1 Para fins da presente contratação, a futura contratada deverá comprovar, no que couber e conforme a legislação aplicável à contratação direta, sua **habilitação jurídica, regularidade**



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

fiscal e trabalhista e qualificação mínima compatível com o objeto, por meio da documentação exigível na instrução do procedimento.

As exigências de habilitação observarão, no que couber, os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação mínima compatível com o objeto, em atenção à natureza simples da contratação e ao princípio da proporcionalidade.

22.2 Deverão ser exigidos, no mínimo, os documentos necessários à comprovação de:

- a) existência jurídica regular da empresa;
- b) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme o caso;
- d) regularidade relativa ao FGTS;
- e) regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- f) declaração de que não emprega menor em condições vedadas pela legislação, quando cabível.

22.3 Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de material de consumo com especificações usuais de mercado, não se vislumbra, em princípio, a necessidade de exigência de qualificação técnica complexa, sem prejuízo de a Administração solicitar documentos ou informações complementares que se mostrem pertinentes para confirmação da aptidão da futura contratada ao regular fornecimento do objeto.

22.4 A documentação de habilitação deverá ser verificada previamente à formalização da contratação, como condição para a regular celebração do ajuste e para o prosseguimento da despesa pública.

22.5 A futura contratada deverá manter as condições de habilitação e regularidade exigidas durante toda a execução da contratação, apresentando documentação atualizada sempre que solicitado pela Administração.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, observados o contraditório e a ampla defesa.

O regime sancionatório aplicável observará os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração das infrações administrativas, da observância do contraditório e da ampla defesa e da aplicação das penalidades cabíveis conforme a gravidade da conduta e os prejuízos causados à Administração.

23.2 Constituem, entre outras, hipóteses passíveis de apuração:

- a) atraso injustificado na entrega do objeto;
- b) fornecimento de material em desconformidade com as especificações técnicas exigidas;
- c) entrega de quantitativo inferior ao contratado;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

- d) recusa injustificada em substituir material rejeitado pela Administração;
- e) inexecução total ou parcial da contratação;
- f) apresentação de documentação falsa ou prática de ato que comprometa a regularidade do procedimento ou da execução contratual;
- g) comportamento inidôneo ou prática de fraude na execução do ajuste.

23.3 Verificada a ocorrência de infração administrativa, poderão ser aplicadas à contratada, conforme a gravidade do caso, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos casos legalmente cabíveis.

23.4 A aplicação de penalidade deverá considerar, entre outros aspectos, a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida pela contratada, a reincidência e as circunstâncias agravantes ou atenuantes verificadas no caso concreto.

23.5 As penalidades eventualmente aplicadas não afastam a obrigação da contratada de reparar integralmente os prejuízos causados à Administração, de promover a substituição do material inadequado e de cumprir as demais obrigações assumidas na contratação.

23.6 A aplicação das sanções administrativas deverá ser formalmente motivada e registrada nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a oportunidade de manifestação e defesa na forma da legislação aplicável.

24. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE ESTOCAGEM E DESEMPENHO DO MATERIAL

24.1 Considerando a natureza do objeto e a rotina operacional da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, o material a ser fornecido deverá apresentar aptidão para **estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses**, sem prejuízo relevante de suas características de trabalhabilidade, aderência e desempenho, de modo a permitir sua utilização parcelada nas intervenções de manutenção viária urbana.

24.2 A exigência de estocagem prolongada justifica-se pela necessidade de manutenção de estoque operacional mínimo, apto a assegurar pronta resposta às demandas de tapa-buracos e recuperação de trechos danificados do pavimento, cujas ocorrências se distribuem de forma sucessiva, não simultânea e imprevisível ao longo do tempo.

24.3 O material deverá conservar desempenho compatível com a finalidade pública pretendida, especialmente quanto à:

- a) aptidão para aplicação a frio;
- b) aderência ao pavimento existente;
- c) resistência às intempéries;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

- d) manutenção de condições mínimas de uso após armazenamento regular; e
- e) adequação às operações tapa-buracos executadas pelas equipes da Administração.

24.4 A contratada responderá pela conformidade do produto com as características técnicas exigidas, inclusive quanto à aptidão para armazenamento operacional e à manutenção das condições mínimas de desempenho do material fornecido.

24.5 A Administração deverá armazenar o material em local adequado, coberto, seco e organizado, compatível com a conservação das embalagens e com a manutenção do estoque operacional, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelo fornecimento inicial em perfeitas condições de uso, integridade e armazenamento.

24.6 Verificada, no recebimento ou no uso inicial, inconformidade do material com as características de estocagem, aplicação ou desempenho exigidas, a Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, o objeto entregue, determinando sua substituição, sem ônus adicional para o Poder Público.

25. VIABILIDADE E CONCLUSÃO

25.1 À vista das informações constantes dos autos, conclui-se que a presente contratação é **necessária, adequada e viável**, tendo em vista que o objeto possui correspondência direta com as necessidades operacionais da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, especialmente para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas do Município de Costa Marques/RO.

25.2 O presente Termo de Referência demonstra que a solução escolhida é compatível com a necessidade administrativa identificada, com o quantitativo estimado, com a especificação técnica do material e com a rotina operacional da unidade demandante, notadamente quanto à utilização de massa asfáltica a frio em embalagens de 25 kg, com aptidão para estocagem e uso parcelado.

25.3 Também se verifica, em análise preliminar, compatibilidade entre o objeto, o valor estimado da contratação, a dotação orçamentária informada nos autos e a modelagem jurídica cogitada para o procedimento, sem prejuízo da conferência final dos pressupostos legais pela autoridade competente.

25.4 Assim, este Termo de Referência posiciona-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, por entender que a aquisição de massa asfáltica a frio constitui solução adequada ao interesse público e compatível com a continuidade das atividades de manutenção viária urbana sob responsabilidade da SEMOSP.

25.5 Permanecem condicionados ao regular prosseguimento do processo os demais atos próprios da fase interna, especialmente a consolidação definitiva da instrução administrativa, a verificação do enquadramento jurídico da forma de contratação e a formalização dos documentos subsequentes necessários à celebração do ajuste.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

26 Responsáveis pela elaboração do TR

26.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores abaixo identificados, integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA
Equipe de Planejamento da Contratação
DEC. Nº 508/GAB/2025

EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA
Fiscal de Contratos da Superintendência Municipal de Licitações
DEC. Nº 068/GAB/2026

FRANCISCO KAIQUE SENA BEZERRA VELOZO
Gerente de Cotações de Preços
DEC. Nº 439/GAB/2025

27 Data, aprovação e assinaturas

27.1 Após sua elaboração, o presente Termo de Referência deverá ser submetido à autoridade competente da unidade demandante para análise, aprovação e assinatura, a fim de autorizar o prosseguimento da fase preparatória da contratação.

27.2 Fica consignado que a aprovação do presente TR caberá à Senhora **ENÉIAS ZANGRANDI Secretário Municipal de Turismo**, nomeada pelo **DEC. Nº 5/GAB/2025**, conforme identificação constante nos autos.

27.3 Para fins de formalização, sugere-se o seguinte fechamento:

Costa Marques/RO, 27 de abril de 2026.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

APÊNDICE I- MÉDIA DE PREÇOS

Página: / 1
1



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DE COSTA MARQUES

Av. Chianca, 1381 - Centro - Costa Marques - RO
CEP: 76937-000 CNPJ: 04.100.020/0001-95
Telefone: (69) 3651-2718

Nº Coleta	Data da Coleta	Data da Validade	Item	Fornecedor	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Venceu
-----------	----------------	------------------	------	------------	-------	------------	----------------	-------------	--------

Material: MASSA ASFÁLTICA ACONDICIONADA EM SACO DE 25 KG USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, A BASE DE CAP 50/70, NÃO EMULSIONADO, COM BORRACHA MOÍDA DE PNEUS, COM FIBRA DE POLIPROPILENO, COMPOSTA DE AGREGADOS PÉTREOS DE GRANULOMETRIA ESPECÍFICA, PRODUTO QUÍMICO E PETROQUÍMICO, ACONDICIONADO EM SACOS MULTIFOLIADOS DE PAPEL KRAFT COM 25 KG E GARANTIA DE ESTOCAGEM NÃO INFERIOR A 12 MESES. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.

22/2026	23/04/2026	23/07/2026	1	MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA		500,000	36,6600	18330,00	Não
22/2026	23/04/2026	23/07/2026	1	GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSA ASFALTICA LTDA		500,000	62,5000	31250,00	Não
22/2026	23/04/2026	23/07/2026	1	BANCO DE PREÇOS		500,000	34,1000	17050,00	Sim ***
22/2026	23/04/2026	23/07/2026	1	RONDONIA ASFALTOS LTDA		500,000	63,5000	31750,00	Não
22/2026	23/04/2026	23/07/2026	1	PAVFRIO PAVIMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		500,000	78,9000	39450,00	Não

Preço Médio
--> **55,1320 27566,00**

Protocolo: 3e15aa97-aa1c-4948-88ca-db7aad912a86 Usuário: kaique_sena
Versão: 10 de 29/10/2025 17:44:48
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras